Abifina INFORMA

Informativo da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

ANO XVI • DEZEMBRO/2005 • Nº 213

EDITORIAL

Luiz Guedes faz uma retrospectiva das ações da ABIFINA em 2005 e fala da criação do Comitê Agro na entidade

ARTIGO DA CASA

Marcos Oliveira: Crescimento em foco

ENTREVISTA

Jorge Ávila, Vice-Presidente do INPI: Alternativas e soluções para as patentes

DESTAQUE

Encontro Empresarial: A Política Industrial na Química Fina Análise de desempenho em 2005

Abifina INFORMA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo
Presidente: Dante Alario Junior

Conselheiros Beneméritos
Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda)
Fernando de Castro Marques
(União Química Farmacêutica Nacional S/A)
Kurt Politzer (IQT – Indústrias Químicas Taubaté S/A)
Luiz Guedes (Milenia Agro Ciências S/A)
Pedro Wongtschowski (Oxiteno S/A Indústria e Comércio)
Rubens Novicki (Fábrica Carioca de Catalisadores S/A)
Virgilio Cesar Vicino (Agricur - Defensivos Agrícolas Ltda)

Conselheiros Eleitos
Alberto Ramy Mansur
Antônio Salustiano Machado
Carlos Alberto Studart Neto
Eduardo Eugenio G. Vieira
Fernando Adolpho R. Sandroni
Fernando César Barbosa
Fernando Steele da Cruz
Isaac Plachta
José Antonio Fontes
José de Freitas Mascarenhas
Josimar Henrique da Silva
Manoel Zauberman
Nelson Chachamovitz
Nelson Brasil de Oliveira
Orvil Costa

Diretoria Executiva
Presidente: Luiz Cesar Auvray Guedes

Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira
Vice-Presidente: Fernando de Castro Marques
Vice-Presidente: Jorge Alberto V. Studart Gomes
Vice-Presidente: Kurt Politzer
Vice-Presidente: Leodônio Francisco Schroeder
Vice-Presidente: Marcos Henrique de Castro Oliveira
Diretor de P&D de Tecnologia: Marcos Godinho Tavares
Diretor de Comércio Exterior: José Alberto de Senna
Diretor de Qualidade e Informação Técnica:
José Machado Neto
Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
Diretor de Projetos Especiais: João Alexandre Viegas

Expediente

Editoria e Fotos: Claudia Craveiro
claudia@ABIFINA.org.br
Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e nesse sentido dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo mensal

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 • Centro
CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
Tel./Fax: 21 2544 6129
www.ABIFINA.org.br

Atuação ABIFINA: Retrospectiva 2005

Luiz Cesar Auvray Guedes
Presidente da ABIFINA

O encerramento de cada ano serve para a avaliação dos ganhos e perdas, das oportunidades não aproveitadas e das ameaças não revertidas. Serve, também, para a renovação das expectativas e da definição de metas e projetos que irão possibilitar novos avanços nos negócios.

A ABIFINA, como associação representativa do segmento industrial da química fina, tem como principal objetivo de suas atividades a geração de soluções para as demandas provenientes de seus membros. Seus principais interlocutores encontram-se no executivo e no legislativo, responsáveis pelos avanços e retrocessos que o segmento tem que absorver em seus negócios.

A cada ano que se encerra constatamos, monotonamente, que diversas questões foram postergadas, outras abandonadas e poucas, muito poucas, resolvidas. Os avanços são conquistados a fórceps, dando a impressão que governo e setor privado apresentam visões antagônicas. Entretanto, a conclusão que se extrai dos diversos encontros realizados com membros do setor público é que existe no campo das idéias e dos objetivos muito mais pontos comuns que qualquer analista apressado poderia supor. Tal constatação possibilita concluir que o impedimento do governo atuar com eficácia centra-se nos seguintes aspectos: 1) falta de coordenação dos órgãos públicos na definição e na execução de suas políticas; e 2) excesso de burocracia na tomada de decisão, ficando claro que o tempo do setor público não é o tempo do setor privado.

Os exemplos são inúmeros e podem ser facilmente demonstrados. Talvez fosse mais fácil reproduzir o relatório do ano anterior, pois nesse documento certamente serão encontrados os mesmos assuntos e as mesmas reivindicações que hoje seriam feitas.

A política industrial definida pelo atual governo não foge a essa regra. Estabelecidas as áreas prioritárias para a implementação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), constata-se que as duas grandes deficiências anteriormente apontadas, falta de coordenação e burocracia, predominam no encaminhamento de importantes temas levantados pelo setor privado e que possibilitariam que a economia brasileira, referindo-se àquela que é responsável primeira pela geração de riquezas, produzisse importantes ganhos de produtividade, com conseqüências positivas para a evolução de alguns estratégicos indicadores: 1) aumento da competitividade; 2) ampliação da oferta; 3) aumento das exportações; 4) aumento geral da renda; e 5) redução dos preços.

Por outro lado, a ABIFINA reconhece que alguns importantes avanços, face aos possíveis benefícios que deles advirão nos próximos exercícios, foram obtidos. A criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) é saudada como uma tentativa válida de reduzir o nível de desarticulação no contexto dos organismos envolvidos com a implementação da PITCE. É necessário, também, destacar a aprovação da Lei n 10.973/2004, que versa sobre questões relacionadas à inovação, e a MP nº 252 que traz melhorias quantos aos incentivos fiscais para o investimento de pessoas jurídicas nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Por fim, verificam-se os primeiros sinais para

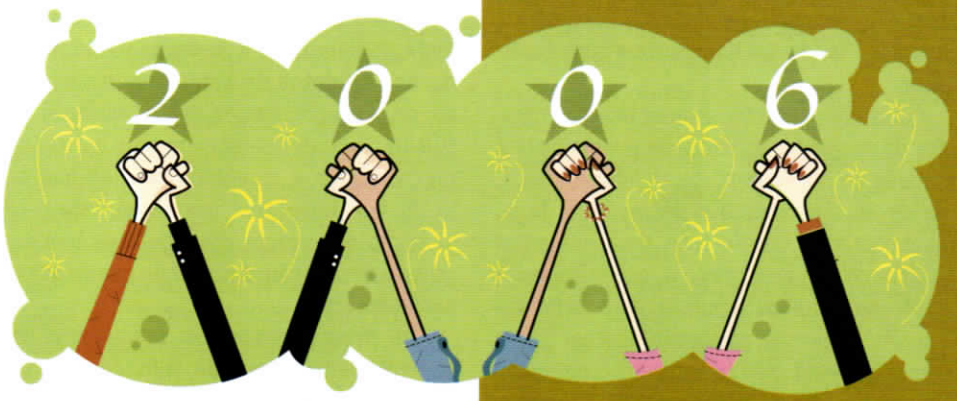
a solução dos graves problemas enfrentados pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), no tocante a questões operacionais que dificultam a esse órgão cumprir com eficácia suas atribuições organizacionais.

Na esfera da ABIFINA, vale ressaltar a consolidação de diversas práticas institucionais expressas, em particular, nos Encontros Empresariais que têm possibilitado a efetivação de importante interlocução entre o setor público e o privado. Reproduzir os inúmeros eventos e participações em debates em diversos ambientes seria exaustivo, pois essas informações estão disponíveis no site da entidade em seu relatório de atividades.

Outra importante conquista da entidade foi a ampliação do número de associados provenientes do segmento de agroquímicos, fator que consolida sua representatividade frente a diferentes instâncias governamentais.

Vale mencionar as novas condições físicas da ABIFINA, fator que contribuirá para oferecer à excelente equipe administrativa e técnica da entidade melhores condições de trabalho.

Finalmente, a ABIFINA expressa sua confiança de tempos melhores para o setor da química fina e a certeza de o que o trabalho que vem sendo produzido a cada ano irá gerar resultados capazes de contribuir para o negócio de cada associado e como desdobramento, natural, ganhos para a sociedade.



ABIFINA Agro

O aumento da produção e da eficiência do agronegócio brasileiro é fortemente dependente dos resultados obtidos em sua cadeia produtiva, cujos elos são fortemente entrelaçados e interdependentes.

A importância do agronegócio, por sua vez, deriva da dependência no abastecimento do mercado interno, em sua capacidade de gerar excedentes para a exportação, na geração de renda e riqueza no País, com participação entre 35 e 40% do PIB, e na geração de 27,0 milhões de empregos.

Todos esses resultados advêm de um bem organizado sistema de fornecimento de insumos na produção agrícola, que vem incorporando sistematicamente novos avanços tecnológicos, e na capacidade logística e industrial existentes no Brasil.

Há ainda muitos avanços a serem realizados para que possam ser ampliados os níveis de competitividade do segmento. Contudo, é importante que não se destrua, com falsos argumentos, os importantes e difíceis resultados obtidos apesar das adversidades nos ambientes econômicos e institucionais observados em nosso País.

No momento, o setor de defensivos agrícolas vem sendo fortemente atingido por uma lógica que não encontra respaldo em qualquer análise, mesmo superficial. Alega-se que a circunstância de perda de renda que afeta os agricultores de algumas regiões e produtores de determinados cultivos é estabelecido pelo aumento dos custos de produção provocado pelos preços dos agroquímicos.

A abertura unilateral do mercado no âmbito do Mercosul e as mudanças na sistemática de registro, através de sua simplificação, têm sido os meios que o legislativo vem propondo para aumentar a oferta do produto no mercado, com a conseqüente redução em seus preços. Essa assertiva não é verdadeira, dado o nível de organização desse mercado em níveis mundiais. Pode sim, no curto prazo, ocasionar uma determinada desorganização provocada pela presença de oportunistas que não têm compromissos com o longo prazo e buscam unicamente usufruir momentaneamente desse importante mercado, sem agregar valor. A ABIFINA na condição de entidade empresarial tem entre seus princípios a valorização da fabricação local com expressiva agregação de valor no País independentemente da origem do capital societário e no reconhecimento do mercado interno como patrimônio nacional e da importância do acesso a mercados externos.

Utilizando suas prerrogativas institucionais a ABIFINA representa legitimamente o importante segmento de agroquímicos genéricos, cujas empresas apresentam forte capacidade local de produzir produtos formulados, técnicos e/ou intermediários químicos. Nessa condição estabelece um fórum de discussão qualificado para propugnar pelo correto encaminhamento da questão da oferta de agroquímicos cujo resultado deva significar, em linhas gerais, a produção e o desenvolvimento tecnológico em solo brasileiro.

Aos seus associados, a ABIFINA convida para a instalação das diferentes câmaras técnicas onde se desenvolverão as principais discussões relacionadas a todos os cenários onde se configuram possíveis oportunidades e ameaças, seja pela tentativa casuística na busca de soluções para o aumento da oferta de defensivos agrícolas ou pela inoperância das políticas públicas.

Encontro Empresarial

Avaliação de desempenho do setor em 2005 face à atual política industrial, tecnológica e de comércio exterior

O Presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, abriu o último Encontro Empresarial de 2005, fazendo um relato dos assuntos tratados na reunião do Conselho Administrativo da ABIFINA, realizada na parte da manhã, com destaque para inovação tecnológica, propriedade intelectual e investimentos. Em relação ao marco legal da inovação, no contexto da MP 255, destacou o subsídio à inovação que foi colocado de uma forma mais clara; como aspecto negativo, restou a reduzida abrangência da lei, visto que ela não alcançou as micro e pequenas empresas – por excluir o sistema de lucro presumido. Outra preocupação relaciona-se ao volume de recursos disponibilizados que depende de regulamentação anual, para definir o percentual a ser aplicado pelo FNDCT - pulverizado em 14 programas setoriais. Lembrou que a propriedade intelectual vem sofrendo uma revisão conceitual no mundo – visto que cria uma reserva de mercado que bate de frente com a liberalização comercial que busca mercados competitivos. Finalmente, abordou a preocupação do setor com as condições dadas pelo governo ao INPI para que cumpra eficientemente seu papel, beneficiando o desenvolvimento tecnológico e industrial do Brasil.

Primeira parte: exposições de empresários dos segmentos agroquímico e farmoquímico comentadas pelo governo

Segmento agroquímico

Como Coordenador do Comitê Agroquímico da Abifina e Diretor da Milenia Agro Ciências, Luiz Guedes comentou a situação atual do agronegócio brasileiro. A par da grande evolução da produção agrícola brasileira, o que chama a atenção é o elevado aumento da produtividade dos fatores de produção: o índice agregado de produto cresceu de 100, em 1970, para 244 atualmente, enquanto a produtividade total de fatores evoluiu, no mesmo período, de 100 para 179. O ganho na produtividade dos fatores se incorporou à renda dos agricultores. A tecnologia agrícola evoluiu acentuadamente com a pesquisa direcionada a novas práticas agrícolas, novas variedades, novas sementes e novos produtos fitosanitários.

A pesquisa tem um papel muito importante na produtividade total daqueles fatores. Especificamente o setor de defensivos é um dos que mais tem contribuído para ganhos de produtividade total através do lançamento de novos produtos mais eficientes e menos agressivos ao meio ambiente. Nos anos 70 usava-se cerca de 2.000 g de defensivos por hectare plantado. Hoje este número caiu para cerca de 200 g por hectare. Estes números evidenciam o que a pesquisa pode fazer para se alcançar a mesma proteção com dosagens muito menores de produto. Além disso, nos últimos trinta anos, o setor reduziu em 160 vezes a toxicidade de seus produtos o que evidencia que as moléculas ativas agora usadas são menos agressivas aos usuários e menos danosas ao meio ambiente. O produtor agrícola tem contado com imensa gama de insumos necessários à sua atividade, na hora certa e com qualidade.

O crédito rural foi sempre um alavancador da expansão agrícola, pelo menos até a década de 70. A partir de meados da década de 80 ele começa a decrescer e, hoje, é claramente insuficiente para sustentar o esforço de produção, o que obrigou o setor de insumos a suprir esta deficiência. As empresas passaram a atuar como bancos, dando crédito ou avais, com prazo médio de 180 dias para cobrir as safras, em operações complexas e de alto risco. Isto ajudou a criar reservas de mercado e aumentou a concentração do setor, porque só quem tem capacidade econômica para assumir empréstimos é que consegue colocar os seus produtos.

No que tange a preços, o setor de defensivos também contribuiu positivamente. No período de outubro de 2004 a outubro de 2005 e considerando um universo de 120 produtos, 109 tiveram a variação de seus preços abaixo da variação do IGP-DI, com apenas 11 produtos apresentando variação de preços acima desse índice. Numa série mais longa, comparando-se outubro de 2000 com outubro de 2004, o panorama é semelhante: a maioria dos produtos do setor teve a variação de seus preços menor que a variação do IGP-DI. Quando se comparam os índices de preços pagos e recebidos pelo agricultor, vê-se que estes têm levado vantagem. A variação dos preços dos produtos tem superado a variação dos preços dos insumos agroquímicos.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento têm sido substanciais. Em 2003, o setor investiu cerca de US$ 45 mi-

lhões, desde a formulação até as pesquisas de campo. Na última década, o número de princípios ativos aumentou de 194 para 278. Todo este esforço é prejudicado pela atual prática de preços de transferência: é mais vantajoso financeiramente importar produtos finais do que intermediários, o que penaliza o produtor nacional.

O registro de produtos é outra dificuldade com que se depara o produtor brasileiro - prazos longos e custos elevados. As empresas têm que submeter seus pleitos ao IBAMA, ao Ministério da Agricultura e à ANVISA para avaliações específicas e sob critérios distintos. O dossiê completo custa cerca de US$ 1,3 milhão para moléculas conhecidas e o de simples equivalência não sai por menos de US$ 250 mil.

A possibilidade da abertura do mercado agroquímico brasileiro aos países do Mercosul traz preocupações ao setor, muito em função da questão do registro e da qualidade, da diversidade de critérios e exigências para a aprovação dos produtos. A aceitação de produtos do Paraguai ou do Uruguai é um problema porque as regras de aprovação e certificação naqueles países são bem menos rígidas que as brasileiras. Além disso, o trânsito de mercadorias com alíquota zero no interior do Mercosul pressupõe o atendimento dos critérios de fabricação local com a obtenção da declaração de origem que exige salto tarifário para os itens do Capítulo 29 da Classificação de mercadorias ou 60% de valor adicionado para os demais capítulos. No Brasil há indústrias que sintetizam e que adicionam mais de 60% de valor aos seus produtos finais. No Paraguai e no Uruguai o desenvolvimento industrial ainda não chegou nesse estágio e a competição seria desleal. Aqueles países poderiam ter preços mais baixos de produto por terem estrutura de custos diferente, baseada em importações da Ásia, e não na produção local. Pela suposição de que esteja havendo carência na oferta ou oligopolização do setor, pretende-se abrir o mercado de forma atropelada, o que pode desmobilizar as empresas que investem no Brasil em pesquisa e produção. Este assunto tem sido tratado de forma emocional, pouco técnica. É o momento de se pensar bem nisso. Sem uma ampla discussão sobre os reais problemas do setor, fatalmente ocorrerá o fechamento de empresas no Brasil.

Segmento farmoquímico

O Diretor Superintendente da NORTEC, também Coordenador do Comitê Farmoquímico e Conselheiro da ABIFINA, Alberto Mansur, falou sobre a Indústria farmoquímica, apresentando como estudo de caso o mercado de anti-retrovirais. Foi um trabalho apresentado na OMS, único representante brasileiro presente ao encontro. Os outros cinco convidados pela OMS eram titulares de patentes. Alberto Mansur destacou a existência de uma grande falta de intermediários químicos que dificulta o cálculo do preço de ARV (anti-retrovirais) para pronta entrega, como normalmente é requerido em licitações realizadas pelos laboratórios oficiais no Brasil. E que essa carência na oferta é agravada pela rápida propagação recente de AIDS no mundo. A falta de produtos, combinada com um sistema de compras por pregões, realizado pelos laboratórios oficiais, em processos que surgem de repente para entrega em 15 dias, tem como resultado que a indústria brasileira sempre perde as concorrências - não há condições de atender no curto prazo estabelecido, por ser inviável manter estoque regular de princípios ativos, algo em torno de 10 toneladas, ou 10 milhões de reais. E, em 15 dias, promover essa logística para as reações químicas em escala industrial é impossível.

Entende que o mercado para princípios ativos e anti-retrovirais equivale ao do mercado de petróleo, com poder concentrado no Oriente Médio e com diferentes relações de preço e qualidade, em confronto com o mercado regulado dos países desenvolvidos. Parece-lhe que seria importante o governo levar em conta o preço do mercado regulado de API (princípios ativos farmacêuticos) nos países desenvolvidos – que é diferente do preço dos mesmos produtos para o mercado não regulado dos países em desenvolvimento. Os preços adotados pelos chineses para os Estados Unidos constituem preços de mercado contratual, e para o Brasil são os de mercado spot, que enfrentam qualquer concorrência local emergente.

Guilherme Duque Estrada, Nelson Brasil, Luiz Guedes, Roberto Jaguaribe e Fernando Sandroni

No Brasil se dá muita atenção aos laboratórios formuladores e muito pouca para a produção química do princípio ativo. A capacidade produtiva de farmoquímicos instalada no Brasil vem sendo apoiada na área governamental quase que exclusivamente pelo BNDES, dentro do programa PROFARMA, que é mais do que suficiente para atender toda a demanda DST/AIDS.

O início da produção nacional por uma empresa local, de base químico-farmacêutica, tem sido o maior redutor de preços no Brasil. O término da fabricação local

representará uma enorme perda do poder para abastecer, com conhecimento e segurança, necessidades da saúde pública. O API é a molécula biologicamente ativa que cura. Se a empresa que a fabrica de forma autônoma no país é fechada, como vai ser assegurado o abastecimento público no futuro? Na Europa, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão, ninguém toma qualquer medicamento sem que o governo tenha auditado a fábrica que produz o princípio ativo. No Brasil não se audita o fabricante chinês ou indiano, apenas o brasileiro.

O abastecimento do mercado brasileiro é feito por fábricas orientais que não têm capacidade de projeto e produção contínua. A melhor produção desses países é dirigida para o mercado regulado e o que sobra vem para o Brasil. Por isso há falta de matéria-prima. Na Índia há 4 mil empresas, das quais menos que 1% exportam para o mercado regulado; na China são 6 mil empresas, e menos de 0,5% exporta para o mercado regulado. O material não qualificado é encaminhado ao Brasil e outros países emergentes.

Não pré-qualificar matérias-primas para os laboratórios não é somente uma maldade com o produtor nacional de farmoquímicos, mas é um atentado para com o doente. Medicamentos não são "commodities", mas ferramentas cruciais para saúde pública de um país. Enquanto os Estados Unidos usam o FDA para fazer uma política para a saúde, o Brasil usa a ANVISA em sentido contrário ao produtor local. O que fazer, então? Criar barreiras técnicas e politicamente ágeis, como fazem os países desenvolvidos?

É muito importante que a ANVISA busque eliminar fatores restritivos à fabricação local de APIs, praticando isonomia no tratamento regulatório de produtos e produtores, domésticos ou estrangeiros, com carga tributária isonômica e, assim, possibilitar o acesso às compras governamentais.

O Brasil está fazendo com que empresas chinesas e indianas sobrevivam a custa do maior mercado no mundo, fora dos Estados Unidos, Japão e Europa. Os concorrentes da produção brasileira estão sendo alavancados pelas práticas usadas pelo governo. As matérias-primas compradas pelos fabricantes nacionais pagam 9,25% de PIS/COFINS, enquanto que a importada por revendedor está isenta desses tributos. Devemos convocar os laboratórios oficiais para harmonizar as metodologias usadas em processos licitatórios.

Comentários

Fernando Sandroni, Presidente do Conselho Empresarial de Tecnologia da FIRJAN e Conselheiro da ABIFINA, registrou que poucas vezes viu uma palestra tão densa de inteligência e estratégia para o setor como esta feita pelo expositor Alberto Mansur.

Zich Moysés, Coordenador das Indústrias Químicas do MDIC, informou que, no caso do preço de transferência, o projeto está na Casa Civil. No caso do registro de defensivos, por exemplo, trata-se de um mercado tão restrito que não há concorrência. Três empresas detêm 65% do mercado. Outra questão é o imposto de importação, instrumento que não deverá existir no futuro. O País vai ter que trabalhar com regulações diferentes e dar maior atenção à questão do registro. Se existir alíquota zero, menos 30, mais 30, isso não vai mudar em nada o mercado, porque o que vai decidir o que fabricar são aquelas questões. No Fórum de Competitividade da Cadeia Agroquímica o papel do MDIC não é comandar, mas sim articular, o que realiza, em parceria com a ABDI.

No caso de agroquímicos o que o MDIC defende é uma proposição clara das empresas que estão aqui para produzir no País. Não há uma produção significativa no Brasil, a não ser de formulação - que é importante, mas o grau de tecnologia envolvido é muito menor. O Ministério do Desenvolvimento está fazendo todos os esforços para aumentar a produção interna.

No segmento farmoquímico destacam-se registro, acesso e exportação porque o País tem um mercado interno pequeno. Tem que haver plantas com escala internacional.

No comércio exterior não se deve cobrar alíquota daqueles produtos que não são fabricados no Brasil, que estão sob patentes e portanto não serão fabricados enquanto persistir a proteção patentária, e com os quais o Ministério da Saúde gasta uma fortuna. O imposto de importação cobrado em alguns produtos aumenta em 18% seu custo, devido ao ICMS que passa a incidir.

A petroquímica teve uma chance real de se consolidar e aproveitou essa oportunidade. O fez em escala internacional; trata-se de "commodities". No caso da

Alberto Mansur - Nortec

Roberto Jaguaribe - INPI - e Fernando Sandroni - Firjan

Zich Moysés - MDIC

química fina, principalmente farmacêutica e defensivos, a política tem que ser orientada de uma maneira diferente do que foi feito na petroquímica. Sem acordos no elo da cadeia, o resultado não será possível. Todas as questões que foram aqui levantadas podem ser enviadas para o MDIC batalhar no que for possível. A idéia é fortalecer o setor produtivo brasileiro, não havendo empecilho na questão das empresas serem estrangeiras ou nacionais. Sem empresas nacionais fortes e uma visão estratégica não se vai a lugar algum. Pode ser feito na área de defensivos o que foi feito para a área farmacêutica. Para sobreviver, os empresários brasileiros têm atuado muito no curto prazo, e o governo também, devido a questões orçamentárias.

Dirceu Barbano, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, salientou que o gestor público do Sistema Único de Saúde é porta-voz do sanitarista apaixonado por um sistema de saúde que tem o foco na saúde das pessoas, mas envolvendo nisso o desenvolvimento do País. Registrou seu entusiasmo com as apresentações que ouviu porque é muito do que se quer discutir no contexto de uma política de assistência farmacêutica. Com o fim da CEME, foi asfixiado o segmento farmoquímico na medida em que havia 23 programas diferentes dentro do ministério, alguns que visavam tratar de um mesmo agravo, como o caso da hipertensão, onde sequer os medicamentos eram coincidentes. Como o papel do Ministério é a definição estratégica daquilo que é essencial e de seu entendimento que o segmento de fármacos é de vital importância para o desenvolvimento do País, como se explica que o próprio Ministério não consiga definir com que produtos vai tratar uma patologia, como a hipertensão? A assistência farmacêutica deve orientar políticas que não são somente do Ministério da Saúde, embora esse entendimento não impeça que o Ministério abandone a imprescindível articulação com outros ministérios.

Responsabilidades assistenciais, comprando e distribuindo medicamentos, têm asfixiado a capacidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia do MS. A prioridade na distribuição de medicamentos criou um problema para o MS: perdeu-se a capacidade de articulação com outros ministérios, de pensar politicamente e agir no campo da tecnologia. Daí vai nascer o novo papel do ministério, com base numa relação de medicamentos essenciais e na clareza da política industrial.

Hoje há dois desafios: a qualificação das decisões do ministério que irão orientar a política de assistência farmacêutica e a qualificação dos serviços que tratam das pessoas. As tecnologias precisam ser avaliadas, não somente em medicamentos, mas também em diagnóstico. Com insumos, deve-se observar onde há equilíbrio entre as necessidades para a fabricação de medicamentos e as necessidades de desenvolvimento de um mercado sólido nacional. Na área de anti-retrovirais, por exemplo, por que há 18 produtos para atender aos pacientes de Aids? Quem poderá afirmar que um ou outro produto não foi incorporado para atender a algum produtor? Hoje, 80% dos medicamentos que o Ministério adquire e distribui são comprados de empresas brasileiras e laboratórios públicos, tendo sido gastos, no total, 2 bilhões e 200 milhões de reais em 2002, e serão 4 bilhões em 2006. É necessário que haja um estudo aprofundado nessa análise, que passa pelo desenvolvimento de uma política industrial para o segmento de fármacos.

Conclusões e encerramento

O Presidente da ABIFINA registrou que o setor empresarial está muito mais preocupado com as condições de competição no longo prazo, do que com a própria perenidade do seu negócio associado à questão da inovação. E que deveria ser feita uma grande reflexão sobre o papel do Estado nesse cenário e como deveria incentivar e apoiar o setor produtivo local. Lembrou que todos os países desenvolvidos no mundo protegem sua indústria doméstica em áreas estratégicas, como o da segurança alimentar, com o propósito de garantir o abastecimento interno, via produção local. A Europa, o Japão e os Estados Unidos subsidiam a produção interna de soja, arroz, açúcar, etc., sujeitando o consumidor a pagar preços mais elevados do que os praticados no exterior, apesar de serem economias livres (de mercado competitivo).

Ao finalizar a sessão destacou que não deveríamos ter vergonha de efetivamente implantar uma política industrial que favoreça setores produtivos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do País.

A segunda parte relativa aos segmentos farmacêutico e de intermediários químicos será matéria da próximo edição.

Luiz Guedes - ABIFINA

Plenária

Dirceu Barbano - MS

INPI: Alternativas e soluções para a questão das patentes

Nos últimos 25 anos, o sistema de patentes vem sofrendo profundas transformações: introdução de novas áreas de patenteabilidade – biotecnologia, softwares e nanotecnologia, por exemplo -, aumento do número de países em que uma mesma patente é depositada e uso de patenteamento defensivo para proteger nichos de mercado, entre outras. Um dos resultados dessas mudanças foi a enorme sobrecarga de trabalho que se abateu sobre os escritórios de patentes de todo o mundo, aumentando os prazos de exames e gerando concessão de patentes questionáveis. O Engenheiro Jorge Ávila, vice-presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), comenta os aspectos técnicos do problema e quais as soluções mais urgentes para enfrentá-los.

Entrevista *Jorge Ávila*

Em recente audiência pública no Senado Federal, da qual a ABIFINA participou, você apontou haver limites à produtividade que se deve esperar dos examinadores do INPI. Qual a natureza desses limites e a que eles se devem?

No exame de patentes, como em quase qualquer atividade, há um trade-off natural entre a quantidade e a qualidade do resultado que se pode extrair de cada trabalhador. O limite da produtividade de cada examinador é a quantidade máxima de exames que ele pode realizar por unidade de tempo, sem que o volume de erros se torne social ou economicamente inconveniente. Não há dúvida de que o atraso na concessão dos privilégios de marca ou patente acarreta custos que afetam a competitividade das empresas. Mas é preciso ter claro que um número exagerado de erros na concessão desses mesmos privilégios pode ter um custo ainda maior.

Quais são os custos em que a sociedade incorre por conta do atraso no exame de marcas?

O atraso nos exames prolonga a incerteza dos atores econômicos quanto à titularidade ou mesmo a existência dos direitos reivindicados. No caso das marcas, uma das manifestações claras de prejuízo é a perda total do investimento já realizado em propaganda se, no exame, a marca for negada. Quanto mais tarda o exame, maior é o prejuízo acumulado. O efeito indireto dessa possibilidade real é a inibição dos investimentos em marketing, o que retarda o crescimento das empresas. A economia brasileira claramente tem menos marcas conhecidas do que seria de se esperar. O atraso do INPI pode ser uma das causas que explicam este fato.

E quanto ao atraso no exame das patentes?

O que ocorre com o atraso no exame de patentes é muito grave, não apenas para as empresas que têm a expectativa de obtê-las, mas para todo o conjunto de empresas. Note-se que uma patente depositada e não examinada constitui um monopólio de fato, que pode não se assentar em direito algum. Pensemos no que ocorre com um pedido de patente ainda não examinado, que reivindique privilégio sobre tecnologias interessantes para outras empresas. Tal pedido pode representar de fato um invento e, assim, ser merecedor da patente. Ou não. A incerteza torna pouco atrativo o aproveitamento da tecnologia candidata à patente, pois quem se dispuser a fazê-lo incorre em um de dois riscos potenciais. Se aceitar o direito como certo, pagar royalties por algo que, mais tarde, se constatará que estava em domínio público. Se, ao contrário, não aceitar a existência do direito, a empresa será processada no caso de a patente vir a ser concedida. Essa situação de risco acaba por inibir a aquisição de conhecimento pelas empresas, seja na forma do licenciamento ou em qualquer outra modalidade.

Por que é demorado o exame de patentes?

Examinar uma patente é verificar se, de fato, o que se reivindica foi fruto de um esforço de invenção. Frente à instituição das patentes, todo ator econômico, quando achar que merece, reivindicará seus privilégios. Saber se eles são devidos de fato não é trivial. Primeiramente, porque uma mesma tecnologia pode ser descrita de distintas formas. Depois, porque a abrangência do que é reivindicado deve ser equivalente ao que de fato foi desenvolvido. Examinar uma patente não é dizer sim ou não. É trabalhar sobre as reivindicações, esclarecer seus termos e delimitá-las com rigor, tudo isso para conferir maior certeza quanto aos privilégios realmente devidos. O INPI, como apenas outros poucos institutos de marcas e patentes do mundo, dispõe de acesso simples e rápido a um volume de informação suficiente para conferir grande confiabilidade ao exame. Mas é preciso que o examinador tenha tempo para compreender o que está sendo reivindicado como invento e interagir com o solicitante para que sejam concedidas patentes corretas. Só assim é possível evitar patentes ilegítimas, de alto custo social.

Qual é o custo social de uma patente mal concedida?

De saída, a diferença entre preço de monopólio e preço concorrencial, em troca de nada. A diferença de preços é algo a que a sociedade se dispõe a pagar em troca de um esforço legítimo de inovação. Quando não é esse o caso, estamos lidando com oportunismos que devem ser evitados pelo Estado em prol da comunidade. Patentes que não expressam inovações, assim como patentes amplas demais, ou pouco claras, provocam ações judiciais longas e caras. Representam um custo de transação que, em seu agregado, pode minar totalmente o incentivo à geração e à disseminação do conhecimento que justifica o instituto das patentes.

As empresas podem cobrar o preço que quiserem pelos produtos patenteados?

Mesmo no caso das patentes legítimas, que expressam inovações muitas vezes de grande relevância social, pode haver abuso de preços. Este normalmente se concretiza na sub-atenção à demanda. A Lei estabelece mecanismos, tais como a licença compulsória, que se prestam a evitá-los.

E quanto ao tempo requerido para exame de patentes, como isso se situa no mundo?

O escritório americano confere patentes em cerca de três anos. O INPI demora mais que os outros institutos de patentes, e a demora parece aumentar.

E por que isso ocorre?

Porque são poucos os examinadores do INPI. Temos uma demanda por examinadores três vezes maior que a americana. A razão de aumentar a demora é simples de ser entendida: é uma fila que cresce ano a ano, pois a capacidade de exame é muito menor que a demanda. A cada ano entram muito mais pedidos do que somos capazes de processar, e a fila aumenta. A produtividade do examinador do INPI cresceu e continuará crescendo, fruto do avanço na tecnologia – teremos um INPI totalmente informatizado em menos de doze meses – mas isso não é suficiente. Já atingimos a produtividade dos examinadores norte-americanos, e vamos superá-la, com grande qualidade de exame. Mas precisamos de três vezes mais analistas do que dispomos para fazer frente à demanda. Mantida fixa a produtividade, nesse patamar já elevado, mas inalterado o número de examinadores, a fila continuará aumentando, e o tempo estimado de espera aumentará proporcionalmente a cada ano.

O que é necessário para aumentar o número de examinadores? O INPI não arrecada o suficiente para isso?

A arrecadação do INPI é proporcional à sua produção. Assim, se a fila andar, aumenta a arrecadação e os custos do pessoal adicional podem ser pagos com esse acréscimo de receita. E ainda sobra para continuarmos investindo na infra-estrutura do Instituto. É necessária uma lei que autorize o aumento do quadro de servidores do INPI, como ocorreu nos principais institutos de marcas e patentes do mundo nos últimos quinze anos. Não há falta de recursos financeiros. A sociedade deve ser alertada quanto ao custo econômico e social, tanto dos atrasos quanto da redução da qualidade dos exames. Negociamos, neste momento, Projeto de Lei ou Medida Provisória que autorize a criação das vagas necessárias.

Jorge Ávila é Engenheiro Civil, com Mestrado em Administração de Empresas e Doutorado em Saúde Coletiva. Trabalha com temas de qualidade e gestão empresarial, fomento à criação e desenvolvimento de empresas e em políticas industriais direcionadas a potencializar as empresas. Foi diretor de Estudos e Promoção de Negócios da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN. Desempenhou as funções de Consultor de Negócios para Assuntos Estratégicos da Petrobrás e de Diretor-Executivo da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, entre outros. Atualmente, é Vice-Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

RDC 35

A ABIFINA, representada pela técnica Eliana Esch, da Nortec, vem participando de reuniões no âmbito da ANVISA, com vistas a revisar a Resolução RDC n° 35, que se refere às Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento de Insumos Farmacêuticos. Dando prosseguimento aos temas ainda não acordados nessa matéria, foram realizadas reuniões em Brasília, nos dias 27 e 28 de outubro, e no Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de novembro.

MCT

Os dirigentes da ABIFINA e da PROTEC, Nelson Brasil e Roberto Nicolsky, mantiveram uma reunião-almoço com o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCT, Augusto César Gadelha Vieira. Na ocasião, foram examinadas diversas matérias pertinentes à nova política tecnológica, cujo marco legal está atualmente em fase de implantação no País.

PETRO RIO

No dia 11 de novembro, o vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, e o Conselheiro Benemérito da entidade, Kurt Politzer, participaram de seminário articulado pela PETRO-RIO. O objetivo foi examinar as possibilidades da criação de uma cadeia vertical para a produção de intermediários químicos para os setores produtivos de agroquímicos, farmacêuticos e outros da área da química fina.

C&T&I

• O prof. Roberto Nicolsky, diretor-geral da PROTEC, também representando a ABIFINA, participou, no período de 26 a 28 de novembro, em São Paulo, do 1° Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, promovido pela CNI. O evento, que reuniu empresários, representantes da academia e de órgãos governamentais, serviu para discutir questões relativas à inovação nas empresas e as ações necessárias visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil

• Representada pelo diretor-geral da PROTEC, a ABIFINA também participou da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada nos dias 16, 17 e 18, em Brasília.

• O vice-presidente da ABIFINA, Marcos Oliveira, participou de seminário sobre Inovação Tecnológica e Biotecnologia, articulado pela ALANAC e o IPD-Farma. Realizado nos dias 22 e 23, em São Paulo, teve por objetivo informar, capacitar e reciclar técnicos da indústria farmacêutica em temas relacionados aos processos biotecnológicos aplicados à produção de fármacos e à inovação tecnológica.

CEB

• O diretor de Comércio Exterior da ABIFINA, José Senna, participou no dia 26/10 de reunião da Coalizão Empresarial Brasileira com o MRE e MDIC, ocasião em que foi discutida a fórmula de desgravação tarifária que deverá ser aplicada sobre as tarifas de mercadorias consolidadas na OMC, conforme negociação ocorrida na Rodada de Doha.

• A eng. Noemy Padilha, da Gerência Operacional da ABIFINA, participou do seminário: O Desempenho do Comércio Exterior - Implicações para a Agenda Comercial, realizado no dia 18, na CNI. Este seminário teve por objetivo debater a agenda comercial brasileira a partir de estudos recentes sobre o desempenho das exportações brasileiras e suas implicações para essa agenda. Além disso, foram debatidos os acordos Sul-Sul firmados pelo Brasil e as relações Brasil-China.

• Noemy participou também de seminário promovido pela Confederação Nacional da Indústria e pela Latin American Trade Network – LATN, destinado a analisar a agenda brasileira e o desempenho exportador recente do Brasil.

CONGRESSO NACIONAL

• O presidente e o vice-presidente da ABIFINA, Luiz Guedes e Nelson Brasil, apresentaram a posição da entidade em audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. A reunião teve por objetivo examinar a situação atual do INPI face à atual demanda de processos sobre marcas e patentes, que excede muito a capacidade de atuação daquele instituto.

• O presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, participou de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 22 de novembro, para discutir o tema "Simplificação de Registro do Comércio de Defensivos Agrícolas Genéricos". À oportunidade, Guedes destacou a importância do tratamento isonômico em medidas que representem maior abertura comercial de setores que produzem no País.

FIRJAN

O vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, participou, no dia 10 de novembro, de reunião mensal do Conselho Empresarial de Tecnologia da FIRJAN, realizado na sede desta entidade, cujo presidente do Conselho Empresarial é o também conselheiro da ABIFINA, Fernando Sandroni.

ABDI

O presidente e o vice-presidente da ABIFINA, Luiz Guedes e Nelson Brasil, acompanhados pelo diretor-geral da PROTEC, Roberto Nicolsky, participaram do Café da Manhã com a ABDI, ocorrido no dia 8 de novembro. Desse encontro participaram representantes de entidades empresariais, o presidente da ABDI, Alessandro Teixeira, e Assessores Parlamentares da ABDI e do MDIC. O objetivo do encontro foi apresentar as atividades que vêm sendo conduzidas pela ABDI, em especial no Congresso Nacional, e propor mecanismos de ação em conjunto.

MEDICAMENTOS (RBPPM)

A Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos, instituída pela Portaria nº 843/GM, de 02/06/05, é composta por representantes do Ministério da Saúde, ANVISA, ALFOB, CONASS e CONASEMS e destinada a viabilizar a produção dos medicamentos e princípios ativos correspondentes, de interesse da saúde pública. A instalação desse órgão colegiado ocorreu no dia 31 de outubro, em reunião realizada no Hotel Nacional, em Brasília. A ABIFINA participou desse encontro através de seu vice-presidente, Nelson Brasil, e pelos empresários Nicolau Lages, Bandeira de Mello e Lélio Maiçara.

Atendendo a convite do Departamento de Assistência Farmacêutica, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, do Ministério da Saúde, representada pelo Sr. Lélio Maiçara (GENVIDA), a ABIFINA participou da Oficina de Planejamento das Atividades da RBPPM, nos dias 28 e 29 de novembro, em Brasília.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ABIFINA

No dia 21 de novembro, na sala de reuniões da ABIFINA, ocorreu nova reunião ordinária do Conselho Administrativo da entidade.

RECESSO DE FIM DE ANO

A ABIFINA estará em recesso do dia 26 de dezembro até o dia 1º de janeiro, retomando suas atividades em 02/01/2006. A todos os associados, parceiros e amigos, desejamos Boas Festas e um excelente ano de 2006!

O crescimento em foco

Marcos Oliveira
Vice-Presidente da ABIFINA

Depois do naufrágio das teses do "Consenso", com a constatação da estagnação econômica que experimentaram os países que as adotaram, os economistas neoliberais trataram de arranjar um novo discurso que justificasse a ausência do crescimento. Este veio sob a forma de um salva-face, que ficou conhecido como "Segundo Consenso". Em resumo, esse novo consenso rezava que as receitas do primeiro não tinham dado certo para os países em desenvolvimento por que estes tinham fragilidades institucionais que não garantiam uma boa governança. Para que o crescimento voltasse a acontecer seria preciso criar as instituições adequadas, isto é, reforçar a democracia, reduzir a presença do Estado, reformar o judiciário, tornar independente o Banco Central, e um rol de medidas do mesmo jaez.

No Brasil, alguns economistas retomaram as teses da boa governança, agora sob o nome de "incerteza jurisdicional". Segundo eles, o crescimento brasileiro não acontece porque não há segurança de longo prazo para os investimentos, sobretudo estrangeiros. O Governo interfere, as condições dos contratos podem ser mudadas unilateralmente, a justiça é lenta e imprevisível.

O Segundo Consenso durou menos que o primeiro e a pá de cal veio com o livro de Ha-Joon-Chang, um professor de Cambridge, que mostrou que os países hoje desenvolvidos não dispunham daquelas instituições à época de seu desenvolvimento. Elas foram conseqüências e não causas do desenvolvimento e, portanto, não havia lógica em exigir dos países menos desenvolvidos que as adotassem nos estágios iniciais de seu desenvolvimento.

No Brasil, alguns economistas retomaram as teses da boa governança, agora sob o nome de "incerteza jurisdicional". Segundo eles, o crescimento brasileiro não acontece porque não há segurança de longo prazo para os investimentos, sobretudo estrangeiros. O Governo interfere, as condições dos contratos podem ser mudadas unilateralmente, a justiça é lenta e imprevisível. O argumento não deixa de ser curioso, especialmente quando aplicado a outras épocas históricas, em que houve crescimento sem os elementos que caracterizam a "boa governança" e em outros países de nossos dias, como a China, por exemplo. Lá, os elementos da "incerteza jurisdicional" persistem lado a lado com vigorosas taxas de crescimento e de fluxos de IDE.

Estas contradições entre teorias e fatos não são apanágio de economistas tupiniquins, longe disto. Em recente conferência internacional realizada no BNDES - Investimento para o desenvolvimento – fazendo acontecer - Donald Johnston, secretário-geral da OCDE, afirmou que o Brasil pode passar à frente da China como maior recebedor de capitais internacionais se aderir à "boa governança", isto é, se fizer exatamente...o que a China não fez e não faz até hoje!

Em recente trabalho publicado na Revista de Economia Política e comentado por Maria Clara do Prado no jornal Valor Econômico, Edmar Bacha e Regis Bonelli procuram entender o processo de desaceleração do crescimento brasileiro e sugerem que uma das causas possíveis seria o preço relativo do investimento, que viria se elevando de forma sustentada nos últimos cinqüenta anos. O preço relativo do investimento é definido por eles como a razão entre o deflator de preços do investimento fixo bruto e o deflator de preços do PIB.

Contradições entre teorias e fatos não são apanágio de economistas tupiniquins, longe disto. Em recente conferência internacional realizada no BNDES - Investimento para o desenvolvimento: fazendo acontecer - Donald Johnston, secretário-geral da OCDE, afirmou que o Brasil pode passar à frente da China como maior recebedor de capitais internacionais se aderir à "boa governança". Isto é, se fizer exatamente o que a China não fez e não faz até hoje.

O gráfico apresentado no estudo, comparando o preço do investimento fixo no Brasil e no mundo, mostra que, entre 1965 e 1980, o preço do investimento no Brasil acompanhou mais ou menos a tendência mundial. A partir de 1985, começou a subir, acelerando a partir dos anos 90. Parece haver uma boa correlação entre os resultados do gráfico e as taxas de crescimento brasileiras. O período compreendido entre 1965 e 1980 foi o do "milagre brasileiro", quando o País cresceu a taxas de mais de 7% ao ano e o pós-85 foi o período da estagnação.